

Desenvolvimento, Questão Ambiental e Políticas Públicas: o babaçu enquanto alternativa energética de mercado no âmbito do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior¹

Josoaldo Lima Rêgo²

RESUMO: Neste trabalho, a partir de um ponto de vista crítico, identificado com a ecologia política, o objetivo é analisar as relações existentes entre desenvolvimento, crise/questão ambiental e políticas públicas, focalizando o espaço ocupado pelo babaçu no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O trabalho aqui apresentado é parte da pesquisa "Industrialização e racionalização: as políticas públicas de desenvolvimento em torno do extrativismo de babaçu numa revisão crítica (1950-2010)", realizada pelo Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR), da UFMA, e conta com apoio financeiro do CNPq.

PALAVRAS-CHAVE: Babaçu. Alternativa energética. PNPB.

ABSTRACT: In this work, from a critical point of view, identified with political ecology, the objective is to analyze the relationships between development, crisis/environmental issue and public policies, focusing the space occupied by babassu under the National Biodiesel Production and Use Program. The work, that is presented here, takes part of the "Industrialization and rationalization: the public policy development around the babassu extraction in a critical review (1950-2010)" held by the Rural and Urban Studies Group (GERUR) from UFMA, that has a financial support from CNPq.

KEYWORDS: Babassu. Alternative energy. PNPB.

¹ Estudante. Universidade Federal do Maranhão. aj_ramone@hotmail.com

² Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Maranhão. josoaldorego@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO: A busca de novo(s) Prometeu(s)

Na mitologia grega, Prometeu é um semideus que teve a capacidade de roubar o fogo dos deuses e entregou aos homens. A atitude de Prometeu foi, sem sombra de dúvida, revolucionária. Ao roubar o fogo dos deuses, Prometeu atingiu a glória e passou então a rivalizar com os deuses. Mas, está-se falando de mitologia, de algo que, por definição, é inacreditável. Todavia, em tempos mais modernos, a **revolução prometeica**, a revolução que mais possibilitou à humanidade a conquista da glória, a busca do progresso e, principalmente, a “libertação” das amarras da Natureza foi, indubitavelmente, a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial é um dos muitos marcos histórico-geográficos do desenvolvimento do capitalismo. Este acontecimento, que teve como “berço” a Inglaterra demonstrou o quanto as indústrias dependiam da **atividade energética**. Na época, a distribuição das indústrias margeavam as grandes reservas carboníferas, principalmente o carvão mineral que era a principal fonte de energia. Nesse contexto o capitalismo industrial é impulsionado não mais pelo domínio do fogo, como na mitologia grega referente a Prometeu, mas pelo domínio das três fontes principais de energia: carvão mineral, o petróleo e o gás natural.

De fato, como nos ensinam os físicos: **energia é a capacidade de realizar trabalho**. Dessa forma, dominando-se as fontes de energia, obviamente domina-se a capacidade de realizar trabalho. Logo, domina-se a uma das formas de se relacionar com a Natureza e, por conseguinte, com o próprio Homem.

Há que se buscar nas discussões sobre energia mais do que uma simples questão de realização de trabalho, como bem foi aludido acima; mas sim a manutenção de um **estilo de vida** que requer, cada vez mais, a sustentação, por exemplo, dos altos níveis de industrialização, urbanização e uma agricultura tecnificada. Obviamente, os exemplos não se encerram nestes supracitados, mas eles servem para dar uma dimensão do quanto a globalização dos mercados e o capitalismo industrial, enfim, a modernidade, são dependentes de uma demanda crescente de energia.

Pari passu a uma demanda crescente de energia, bem como o consumo desenfreado (inspirado no *american way of life*) e o aumento populacional, veio à tona a questão da escassez dos combustíveis fósseis, o que foi agravado pela(s) crise(s) do petróleo em 1974. Este momento é um marco na busca de alternativas energéticas objetivando atenuar a dependência por combustíveis fósseis, tal qual encontrar fontes de

energia que possibilitassem a manutenção do crescimento econômico, a sustentação do modelo de desenvolvimento e, “como convidada de última hora” a crise ambiental. Principia-se, destarte, o interesse internacional por combustíveis de origem biológica produzidos a partir de elementos vegetais da Natureza, como é o caso do da cana-de-açúcar, soja, mamona, dendê e babaçu (dentre muitos outros).

No Brasil, como reflexo da referida crise do petróleo, configurou-se momento oportuno para o “nascimento do novo”. Esta novidade pioneira do Governo Federal atende pelo nome de Programa Nacional do Álcool - Proálcool (1975). Como bem o nome diz, o Proálcool buscou iniciar a produção de álcool combustível como forma de oferecer uma alternativa energética à gasolina usada na frota brasileira de veículos. Além deste destaca-se, o Programa de Óleos Vegetais do Governo Federal (OVEG) em 1983, que tentou, de maneira frustrada, substituir a alimentação de motores movidos a petrodiesel por óleos vegetais; e, mais recentemente (2004), o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) que concebeu diversas matérias-primas como mamona, dendê, soja, girassol, babaçu (dentre outras).

No Maranhão, as pesquisas em torno do babaçu abordam diversos aspectos: o contexto sociopolítico (VALVERDE, 1957), a conjuntura geoeconômica e a mobilização política das quebradeiras de coco babaçu (RÊGO, 2004; RÊGO; PAULA ANDRADE, 2005) e, mais recentemente, as que abordam o babaçu como alternativa energética (FERREIRA, 2005; CARVALHO, 2010).

No presente trabalho objetiva-se, portanto, contextualizando com os aspectos supracitados, focalizar o espaço ocupado pelo babaçu, enquanto alternativa energética, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

2 O Babaçu enquanto alternativa energética de mercado no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

Conceitualmente, o biodiesel é o biocombustível proveniente de biomassa renovável que pode ser utilizado para geração de energia objetivando substituir totalmente ou parcialmente os combustíveis fósseis. No ponto de vista da Agência Nacional do Petróleo (ANP), “o biodiesel é um combustível composto de mono-alkilésteres de ácidos graxos de cadeia longa, derivados de óleos vegetais ou de gorduras animais e designado B100” (Portaria nº 255/2003).



O PNPB, lançado em 06 de dezembro de 2004, é a principal política pública que enxerga no biodiesel uma alternativa de geração de energia que objetiva substituir totalmente ou parcialmente os combustíveis fósseis. No discurso³ do Governo Federal existe uma crescente demanda por combustíveis de fontes renováveis e o Brasil teria potencial para atender parte expressiva dessas necessidades, o que geraria empregos e renda na agricultura familiar, reduzindo disparidades regionais e contribuindo para a economia de divisas e melhorar as condições ambientais. Isso sintetiza a **lógica** do PNPB. Energia é considerada uma espécie de combustível indispensável para o desenvolvimento. No século XVIII, a fonte predominante foi o carvão, seguido pelo petróleo nos séculos seguintes. Há grande consenso entre analistas de que o século XXI será da agroenergia (BRASIL, 2010).

O documento, que está acessível no site www.mme.gov.br, é composto nos seguintes itens: Biodiesel no Brasil; Modelo Tributário do Biodiesel; Selo Combustível Social; Mistura Obrigatória, Mercado Crescente; Linhas de Crédito; Desenvolvimento Tecnológico; Outros Instrumentos de Apoio; O Princípio da Não-Discriminação com Garantia da Qualidade; O que é Preciso para Produzir Biodiesel e Documentos Legais e Normativos. Por questões de espaço serão abordados aqui os itens considerados pelos autores como principais em virtude da relevância para o entendimento da questão.

O **Modelo Tributário do Biodiesel** foi concebido com o propósito de conceder redução total ou parcial dos tributos federais incidentes sobre os combustíveis (CIDE, PIS/PASEP e COFINS) para produtores de biodiesel que apoiem a agricultura familiar. Sob essa ótica é preciso apontar que a lógica do PNPB enquadra-se na **mercadificação** da biomassa. Em virtude disto o Governo Federal promove a isenção fiscal para capitalizar e atrair investimentos. Para usufruir desses benefícios tributários, os produtores de biodiesel precisam ser detentores de um certificado: o Selo Combustível Social (BRASIL, 2010). O Selo garante benefícios fiscais e preferências nos leilões de compra de biodiesel às empresas que adquirirem determinadas quantidades de matérias-primas produzidas por agricultores familiares. De qualquer forma, a intenção do Governo Federal com a inserção do Selo Combustível Social é justificar a política feita no mercado, bem como torná-la legítima.

Visando operacionalizar a produção, o governo federal disponibilizou **Linhas de Crédito** com encargos financeiros reduzidos e prazos mais longos de carência e

³ Utilizamos aqui a noção de Foucault de discurso que é essencialmente histórico e dispõe-se em acontecimentos reais e sucessivos (2009a), bem como é aquilo pelo que se luta, o poder pelo qual queremos nos apoderar (2009b).

amortização para toda a cadeia produtiva do biodiesel, abrangendo investimentos em equipamentos e plantas industriais e financiamentos ao cultivo de matérias-primas para produção de biodiesel. Esses incentivos incluem a seleção de matérias-primas segundo as características diferenciadas de solo e clima regionais, aspecto dos mais importantes devido à diversidade de oleaginosas e ao fato de as mesmas representarem algo em torno de 75% dos custos de produção do biodiesel (BRASIL, 2010). Todavia, por mais que seja propagado a “diversidade de oleaginosas existentes”, segundo dados de 2009, da Secretaria de Agricultura Familiar e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, 95,20% das aquisições da agricultura familiar é dominada pelos produtores de soja. A mamona responde por 4%, dendê 0,40%, outros 0,44% (REPÓRTER BRASIL, 2010). Presumimos que na qualidade de “outros” esteja incluído o babaçu.

Novos usos e aplicações para os co-produtos da fabricação de biodiesel (principalmente farelos, tortas e glicerina) também recebem apoio para o desenvolvimento tecnológico (BRASIL, 2010). Aqui a nossa crítica recai sobre o **desenvolvimento**. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 81):

*Des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano - *divide et impera* - mais profunda ainda, na medida em que, ao *des-envolver*, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista.*

Sim, essa é a essência do desenvolvimento: é **des-envolver**. É retirar a autonomia que cada cultura mantém com seu lugar. Por isso, seria interessante pensar numa perspectiva de pós-desenvolvimento (ESCOBAR, 2005b): isso significa, ao pé da letra, tornar póstumo o desenvolvimento, abdicar dessa palavra canonizada pelas ciências e pelo discurso político-ideológico, seja ele da direita ou da esquerda. Dessa forma, numa ótica pós-desenvolvimentista, daríamos espaço a racionalidades econômicas, ecológicas e culturais que estão do outro lado da margem, que não são modernas, ou seja, não obedecem necessariamente/imperativamente à lógica eurocêntrica, colonial e do capital: tal como camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos.

A despeito da crítica ao desenvolvimento capitalista, assim como da insuficiência política e tecnológica para a questão ambiental, o PNPB lança mão do **Princípio da Não-Discriminação com Garantia da Qualidade**, no qual o Governo Federal considera caber aos agentes econômicos a seleção das melhores alternativas, devidamente apoiadas pelas



pesquisas, experimentos e testes (BRASIL, 2010). O interessante a ser percebido é que, como apesar do PNPB prezar pela não-discriminação com garantia de qualidade, ele é um programa que discrimina práticas alternativas de uso e *apropriação da natureza*, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu. Sob essa ótica, conflitos têm surgido a partir do avanço das áreas de apropriação privada na Federação marcadas pela defesa dos elementos da Natureza: movimentos contra o agronegócio da soja, movimento de quebradeiras de coco babaçu, Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), dentre outros.

3 CONCLUSÃO: apologética da capitalização do babaçu

A racionalidade capitalista moderna tem orientado práticas produtivas concretas e projetos ditos de desenvolvimento a partir da construção de uma **ideologia da natureza** (SMITH, 1988). Em contrapartida, conflitos entre diversos **regimes de natureza** (ESCOBAR, 2005a) têm deflagrando uma série de problemas ambientais e políticos, impactos danosos na biodiversidade e nas matrizes de racionalidade produtiva de diversos povos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, pescadores, quebradeiras de coco-babaçu).

No Brasil a conjuntura de crise ambiental e energética tem desenvolvido uma lógica de apropriação dos territórios e culturas (PORTO-GONÇALVES, 2006) pautadas em políticas de planejamento econômico e ambiental voltadas para produção de biodiesel. Nos termos discutidos neste trabalho, entende-se que: 1) as diversas espécies vegetais existentes (mamona, dendê, soja, girassol, babaçu) aparecem como uma potencialidade a ser desenvolvida; 2) percebe-se a tentativa de **racionalização** (LEFF, 1998) da produção; e 3) o interesse de órgãos públicos e privados é inserir a Natureza na lógica de produção industrial capitalista (transformar a Natureza em recurso, um meio para se atingir um fim).

Em verdade, a **retórica discursiva** do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel é inserir na lógica macroeconômica capitalista as matérias-primas necessárias à produção de biodiesel (no qual o babaçu ocupa um espaço ínfimo). Em virtude disto o governo federal promove a isenção fiscal para capitalizar e atrair investimentos.

Dessa forma, o papel do governo federal é tornar-se um indutor e um direcionador das **políticas públicas** para o beneficiamento da biomassa. Sendo assim, as atuais formas de apropriação do dendê, da soja, da mamona, do babaçu são entendidas com ineficientes,



insustentáveis em sentido amplo e não conseguem garantir a inclusão social e o desenvolvimento dos mais *necessitados*⁴. É como se fora do mercado, que possui suas próprias regras de funcionamento, não houvesse possibilidade de existência socioeconômica. Logo ele se absolutiza como única dimensão econômica possível e pensável, o que nos leva a deduzir que, de um ponto de vista externo do mercado, ou seja, fora do sistema, exista apenas a exclusão (MORENO, 2005).

Com a perspectiva de abrir linhas de crédito o governo federal torna claro o processo de financeirização⁵ da produção, viabilizado em especial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Ademais, ressalte-se que o BNDES tem financiado projetos voltados para o monocultivo de cana de açúcar e eucalipto, para a produção insustentável de carne, para a exploração de minério, para a construção de fábricas de celulose, usinas de **produção de agroenergia**⁶, siderúrgicas, hidrelétricas e obras de infraestrutura, como portos, ferrovias, rodovias, gasodutos e minerodutos. Estes projetos têm afetado direta e profundamente a vida de inúmeras pessoas.

Nas estética do desenvolvimento das atividades econômicas do babaçu defendido pelo Governo Federal, via PNPB, enquadra a forma como as quebradeiras de coco babaçu tem se relacionado com tal elemento da Natureza é subdesenvolvida. É uma definição de uma atividade que caracteriza uma **identidade coletiva** (PAULA ANDRADE, 2005) não a partir de suas próprias práticas, mas sim de um julgamento alienado, alheio e alienígena, que se auto-reconhece como civilizado, moderno e superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa de produção e uso do biodiesel**. Disponível em www.mme.gov.br/programas/biodiesel/galerias/arquivos/biodiesel/cartilha_biodiesel_portugues.pdf. Acesso em 03 de maio de 2010.

⁴ Ateste-se que a utilização da palavra *necessitados* faz todo sentido aqui. A palavra necessidade é, na era do desenvolvimento (pós-Segunda Grande Guerra), uma **carência** ou um **direito** a alguma coisa. É como se os ditos subdesenvolvidos, como os brasileiros, tivessem uma *necessidade* imperativa de se desenvolver, no qual o desejo se transforma em reivindicação. É necessário também o reconhecimento por parte dos subdesenvolvidos de suas carências, ou seja, eles têm que aceitar jogar o jogo do desenvolvimento. (ILLICH, 2000).

⁵ É bom lembrar que a palavra **finança** possuía antes da era do desenvolvimento um significado não-econômico: *pagamento para livrar-se do cativo ou de um castigo* (LUMMIS, 2000, p.115, itálicos são nossos). Mas hoje, parece-nos que a finança e seus derivados tornaram-se o próprio cativo e castigo de muitos.

⁶ Resolução BNDES nº 1.135/2004: institui o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, prevendo financiamento para todas as etapas da cadeia produtiva (financia até 90% dos projetos com Selo Combustível Social e até 80% sem essa característica).



CARVALHO, Diego Ezron Mendes de. **BABAÇU: uma alternativa energética para o Brasil?** Monografia de graduação em Geografia - Departamento de Geociências / Universidade Federal do Maranhão, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Depois da natureza: Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista. In: PARREIRA, Clelia & ALIMONDA, Héctor (org.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília, 2005a, pp. 17-64.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Trad. Júlio César C. B. SILVA. Buenos Aires: CLACSO: 2005b. pp.133-168.

FERREIRA, A.J.A. O babaçu enquanto alternativa energética no Maranhão: possibilidades. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2005. v.3, n.2. pp. 187-202

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta NEVES. 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida SAMPAIO. 19ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

ILLICH, Ivan. Necessidades. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 155-172.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder**. México: Siglo XXI/PNUMA, 1998.

LUMMIS, C. Douglas. Igualdade. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp 98-116.

MORENO, Alejandro. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Trad. Júlio César C. B. SILVA. Buenos Aires: CLACSO: 2005. pp.187-202.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Empates e Greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil**. Lusotopie. XII (1-2), Leiden/Boston. Brill publishers, 2005.



PORTARIA ANP Nº 255. DE 15.9.2003, Agência Nacional do Petróleo, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RÊGO, Josoaldo Lima. **A geo-metria do poder**: a condição multiescalar da dinâmica de organização espacial. Monografia de graduação em Geografia - Departamento de Geociências / Universidade Federal do Maranhão, 2004.

RÊGO, Josoaldo Lima; PAULA ANDRADE, Maristela de. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária**, São Paulo, nº 03, pp. 47-57, 2005.

REPÓRTER BRASIL. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel**. ONG Repórter Brasil/Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Disponível em www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis. Novembro de 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. In: **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, ano XIX, n.4, out./dez. 1957, p.381-416.